

Conflitos e tensões no espaço americano: a trajetória do mestre de campo do Rio de Janeiro, Manoel de Freitas da Fonseca, na ocupação de Montevidéu (1723-1732)*

Victor Hugo Abril

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, bolsista Capes. Agradeço, aqui, as ponderações da minha orientadora Profa. Dra. Maria Fernanda Bicalho. Parte deste trabalho integra discussões realizadas no II Ciclo de Estudos e Pesquisas em História Militar do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Sou grato ao Prof. Dr. Paulo Possamai e Valter Lenine Fernandes pelos comentários e indicações de documentos. E-mail: victorhugo.abril@uol.com.br

RESUMO

A proposta deste resumo é investigar a dinâmica da guerra na monarquia portuguesa. Tendo como ponto de partida o espaço americano, verificam-se os conflitos e tensões entre as monarquias portuguesa e hispânica. Perpassando por vários polos de poder, desde governadores, mestres de campo e demais forças militares, a presente comunicação esquadrinha as dinâmicas sociais dos atores políticos através da trajetória do mestre de campo português Manoel de Freitas da Fonseca. Mesmo após a derrota para os espanhóis, em 1723, e de sua prisão ordenada pelo Rei Dom João V, este consegue a absolvição e ocupa, interinamente, o Governo do Rio de Janeiro em 1732. Tecido o fio do relato, os rastros foram pesquisados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, principalmente as correspondências de governadores, e no Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate), onde foram delimitadas cartas do Conselho Ultramarino e ordens do Rei Dom João V. Como ponto de chegada, através da dinâmica da guerra, traçamos a prática governativa de um interino, e suas relações com o poder central e os poderes locais, sendo esta a questão proposta nesta comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro; Manoel de Freitas da Fonseca; Dinâmica da Guerra

ABSTRACT

The purpose of this summary is to investigate the dynamics of the war in the Portuguese monarchy. Having as the starting point the American space, there are conflicts and tensions between the Hispanic and Portuguese monarchies. Passing over multiple poles of power, such as governors, master of field and other military forces, this communication scans the social dynamics of those political actors. Through the course of the Portuguese master of field, Manoel de Freitas Fonseca, that even after the defeat to the Spaniards in 1723, and his arrest ordered by King Dom João V, was released and temporarily got in charge of the government of Rio de Janeiro in 1732. As it has been presented the tracks were searched in the National Archives of Rio de Janeiro, where mainly correspondence of governors and the Overseas Historical Archive (Rescue Project), and letters of Overseas Council were delimited and the King Dom João V orders. As the main goal, through the dynamics of the war, we trace an interim governing practice, and its relations with the central government and local authorities being the question to be proposed in this academic paper.

KEYWORDS: Rio de Janeiro, Manoel de Freitas da Fonseca, Dynamics of the War

* Artigo recebido em 26 de março de 2014 e aprovado para publicação em 5 de maio de 2014.

NOTAS HISTORIOGRÁFICAS

Para melhor compreensão das questões que serão abordadas, é necessário pontuar um pouco sobre os fatos históricos do período estudado. Para Paulo Possamai a Colônia do Sacramento foi fundada na "margem esquerda do Rio da Prata em 1680 por D. Manuel Lobo", obedecendo ao plano do Príncipe Regente D. Pedro de expandir os domínios portugueses na América, "a fim de assegurar vantagens territoriais e econômicas à Coroa portuguesa". Seguindo esta linha de pensamento a ocasião da fundação da Nova Colônia era propícia, pois a "decadente Espanha de Carlos II, o último Habsburgo espanhol, não parecia capaz de opor resistência aos velhos projetos expansionistas portugueses" que visavam dominar o estuário do Prata e, através dele, "assegurar a manutenção do fluxo da prata contrabandada das minas de Potosí para Lisboa por via dos portos brasileiros".¹

Segundo Zacarias Moutoukias a experiência de Manuel Lobo durou pouco, e oito meses mais tarde uma força composta pela guarnição de Buenos Aires, milícias urbanas e 3.000 indígenas das Missões Jesuíticas terminaram por derrotar os portugueses. A Coroa lusa não tardou em reagir e promoveu uma ofensiva diplomática acompanhada de um desenvolvimento militar na fronteira. A Espanha cedia a essa ofensiva, pois acabava de sair de uma guerra com a França. O resultado foi o Tratado Provisório de Paz, em 7 de maio de 1681, segundo qual deveriam devolver-se aos portugueses as instalações nesta região. Acordo firmado na presença do governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, em fevereiro de 1682, dando início ao primeiro período de vida da Nova Colônia do Sacramento, que se prolongaria até 1704.²

Num viés mais econômico, a pesquisa de Moutoukias no *Archivo General de Indias*, em Sevilla, nos esquadriha dados importantíssimos das relações entre as Coroas lusa e hispânica em torno da região do Prata. Primeiro o historiador argentino analisa as cartas do governador de Buenos Aires, Herrera y Sotomayor, que informava, em 1690, os esforços portugueses para conso-

lidar a colonização: transporte de famílias e mulheres solteiras, aumento da guarnição, construção de um forno e galpão para a fabricação de telhas, ladrilhos, etc., ou seja, "desde Rio de Janeiro fueron trasladados 100 soldados, 60 familias blancas, mujeres desterradas, familias de índios tupíes y negros". Nas informações do governador, depois de 10 anos, o assentamento português estava relativamente protegido.³

Em outro momento Moutoukias investiga as correspondências de Gabriel Aldunate e Rada, procurador da cidade de Buenos Aires. Este procurador denunciava o aumento constante do comércio entre Brasil e Colônia, o qual significava maior comércio com Buenos Aires. Queixava-se também da extensa exploração do gado *cimarrón* praticada pelos habitantes de Sacramento. "*El desarrollo de esta atividade dentro del actual territorio uruguayo fue la fuente de conflicto entre ambas ciudades más frecuentemente citada*".⁴

Partindo de uma análise mais política das fronteiras do Brasil na região do Rio da Prata, Luís Ferrand de Almeida apontava que uma das consequências da intervenção portuguesa na guerra de sucessão de Espanha (1701-1713) foi à perda da Colônia de Sacramento, fundada em 1680. Cercada e atacada "por um exército hispano-guarani, as tropas portuguesas retiraram-se da região". Ferrand pontuava que a luta continuava por outras frentes e prolongou-se por alguns anos, até a paz estabelecida entre Portugal e Espanha em 1715, no tratado de Utrecht. Através dessa paz os portugueses reivindicaram a restituição da Colônia do Sacramento com todas as terras até o Rio da Prata. Entretanto, os representantes do Governo de Madri tinham instruções para não admitirem, com o fundamento de que tal concessão colocaria em grande perigo Buenos Aires, o comércio de Potosí e as próprias Índias ocidentais, em geral.⁵

Joaquim Romero Magalhães faz uma síntese objetiva e direta desse conflito: "Os espaços castelhanos não se abriram aos portugueses, nem os espaços portugueses aos castelhanos". Para Romero a questão da fronteira sul do Brasil vê-se então recolocada no centro da política portuguesa indo de encontro com a tese de Luís Ferrand de Almeida.⁶

Caminhando pela análise política iremos esquadrihar a ocupação de Montevidéu. Cada vez mais interessava a castelhanos e portugueses essa região. Nesse contexto, Montevidéu tornou-se angular nesses conflitos. Segundo o historiador Frédéric Mauro a decisão dos portugueses de se fixar nas terras ao sul foi uma consequência direta do conflito hispano-português na região do Rio da Prata, que irrompeu novamente em 1723 (com a questão de Montevidéu). Desde 1716 as relações se haviam exacerbado e os governadores de Bueno Aires e da Colônia do Sacramento se observavam atentamente e tentavam criar postos e povoações em outros pontos da margem esquerda do estuário, para garantir seu próprio comércio de carne, ouro e resina e conter a expansão do inimigo.⁷

Luís Ferrand de Almeida destacava que nesta década (1720) "os espanhóis se encontravam estabelecidos em Montevidéu". Ou seja, a concorrência "luso-espanhola no Prata, para além dos aspectos econômicos, tinha também uma componente política, que se traduzia num problema de soberania".⁸

A COLÔNIA DO SACRAMENTO

A ocupação de Montevidéu era o objetivo português tanto para dominar a navegação do Rio da Prata quanto para aumentar as operações militares sobre esta região, alvo da disputa luso-espanhola. Nos fins do século XVII D. Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, tinha recebido ordens do Príncipe Regente D. Pedro para ocupar e povoar Montevidéu. A Câmara do Rio de Janeiro não gostava da ausência do governador reinol, pois "*durou tão pouco este bem a este porto [...] durando o seu governo mais que seis meses*". A comunicação política entre a Câmara e o rei tinha o objetivo de informar a péssima administração de João Tavares Roldão, governador interino, e o contrabando que este exercia em diversas naus. A intervenção da Câmara era que D. Manuel Lobo retornasse de Montevidéu para ocupar o Governo do Rio de Janeiro, pois não poderia deixar desprotegida a praça fluminense. No entanto, a Câmara não teve sua solicitação atendida e, em 1680, D. Manuel Lobo fundava a Nova Colônia do Sacramento sob a jurisdição portuguesa.⁹

Passados 35 anos, já no reinado de D. João V, Montevidéu continuava a permear as ambições lusitanas em torno daquela região. A 18 de outubro de 1715, o governador de Santos, Manoel Gomes Barbosa, recebia instruções da Coroa portuguesa para tomar posse da Nova Colônia do Sacramento, destacando os seguintes pontos:

"Partireis do Rio de Janeiro com a maior brevidade possível, embarcando-vos nas embarcações que para esse efeito vos der o governador do Rio de Janeiro, como lhe ordeno, levando em sua companhia para guarnição da dita Colônia duas companhias do terço do mestre de campo Manoel de Almeida, que foi criado para esse feito, procurando que os oficiais e soldados delas sejam dos que já houverem servido e assistido na mesma Colônia, e ao mesmo governador vos mande dar as munições de guerra que vos podem ser necessárias.

Logo que chegardes ao porto e enseada da Nova Colônia, antes de saltardes em terra, deveis mandar por um oficial inteligente e luzido visitar o governador de Buenos Aires e dares-lhe de teres chegado e vir por ordem minha tomar posse da Nova Colônia e seu território, e lhe entregareis as cédulas de el-rei católico para o dito governador de Buenos Aires fazer a entrega sem depender do vice-rei do Peru, e outra para este a ter assim entendido, e também levará uma cópia autêntica das mesmas cédulas, e instará para que com a brevidade possível se vos mande fazer a entrega, porque vos é preciso desembarcar logo e pores em terra a vossa gente para se refrescar, e isto mesmo exporei em carta sua que o dito oficial decretar em termos corteses, segurando-lhe a boa amizade e correspondência, por ser esta a ordem que levais minha com a maior recomendação [...]"¹⁰

As cédulas do el-rei católico são o Tratado de Paz entre Portugal e Espanha em Utrecht, a qual restituía a Colônia a juris-

dição portuguesa. O que torna instigante nessa instrução real é como o Rio de Janeiro se transformava num centro de decisões da região centro-sul do Estado do Brasil. Manoel Gomes Barbosa se ausentava do Governo de Santos, se deslocaria ao Rio de Janeiro, e estaria esperando por ele o terço do mestre de campo Manoel de Almeida para seguir rumo à Nova Colônia do Sacramento. Contudo, nas instruções D. João V deixava claro na hipótese de uma resistência castelhana:

"No caso em que os castelhanos pretendam entrar em regular os limites do território da Colônia, insistireis em que a posse há de ser na forma dos 5º e 6º artigos do tratado da paz, vista a cessão que nele fez el-rei católico procurando estender o território até o rio Erebuay, por ser este o terreno mais fértil e de maiores esperanças, e do sítio da Colônia para a foz do Rio da Prata, pretendendo juntamente que retirem o arraial de Vera, se ainda ali o tiverem, e a guarda do Rio de São João; e, no caso em que os castelhanos duvidem em parte ou em todo do referido, deveis tomar posse da colônia, e protestando de vos não entregarem todo o território dela mandareis conta, remetendo-me cópia autêntica de seu protesto.

No caso em que os castelhanos não assinarem limites ao território, deveis com grande cuidado, indústria e dissimulação tomar posse da terra que vai assinalada no capítulo precedente, e no caso de pôr-sevos alguma dúvida não romperei com eles a correspondência, mas protestareis e dareis conta, remetendo cópia do protesto [...]"¹¹

O rei finaliza as instruções dizendo que assim que tomar posse da Nova Colônia, Manoel Gomes Barbosa deverá construir fortalezas e assumir o Governo. Esta circulação de informações instalaram um palco de conflitos entre portugueses e castelhanos na região do Prata. Montevidéu tornava-se região chave para a efetiva ocupação da Nova Colônia.

"PROJETO MONTEVIDÉU"

Depois de alguns insucessos, estava a capitania do Rio de Janeiro sob a governança de Aires Saldanha de Albuquerque, em 1723. A comunicação política com a Coroa movia-se, em grande parte, em torno da Nova Colônia do Sacramento, e da ocupação de Montevidéu, como principal eixo para a conquista efetiva de toda a região do Prata. Em setembro de 1723, Albuquerque comunicava ao rei:

"Pelo navio de licença que a este porto chegou em 6 do presente mês [setembro de 1723] recebi uma carta de Sua Majestade, expedida pela Secretaria de Estado, em que me ordena mande logo a guarda costa com alguma gente da guarnição desta praça a tomar posse e fortificar-se em Montevidéu, e logo em seu cumprimento mandei preparar a guarda costa com a sua guarnição, e desta praça vai um destacamento de cento e cinquenta homens dos de melhor nota, com três capitães e mais oficiais competentes, e por cabo dele o sargento-mor Pedro Gomes Chaves, que é o que aqui achei mais capaz, que tem visto guerra com bom procedimento nela, e com a circunstância de engenheiro; e, suposto entendo será necessário mais gente, não me atrevo a desfalcar dos terços maior número, pois que estes ambos se compõem de seiscentos homens, entre os quais há muitos velhos quase estropiados e muitos soldados novos [...]"¹²

A falta de homens para compor o terço é uma das queixas de Aires Saldanha: ou são soldados muito velhos "estropiados" ou muito novos. Além disso, o governador pedia reforços da guarda-costas da Bahia. Contudo, o rei foi informado por Antônio Pedro de Vasconcelos, governador da Colônia do Sacramento na década de 20 do setecentos, que os castelhanos já estavam fortificando Montevidéu. Tal notícia fazia com que o rei resolvesse que a guarda-costas do Rio de Janeiro partisse o quanto antes sem

esperar a da Bahia. A ordem era objetiva: achando-se ou não castelhanos, em Montevidéu, a guarda-costas do Rio de Janeiro deveria ocupar imediatamente o território, e, estabelecida a ocupação, unir-se a Antônio Pedro de Vasconcelos, ou seja, a Colônia do Sacramento. O bilhete final do rei mostra o cuidado desta empreitada militar:

"[...] Este negócio é de tanta importância e de tal reputação à minha Coroa como se deixa ver, e assim espero [Aires Saldanha de Albuquerque] de seu zelo e amor que tendes a meu serviço vos aplicareis a ele com tal cuidado, que se consiga o desejado fim de se não perder uma terra que pertence aos meus domínios, guardando nesta expedição grande segredo para que os castelhanos se não previnam e se faça impossível ou mais dificultoso deixá-los fora."¹³

Esse segredo fez Aires Saldanha intitular a ocupação de "Projeto Montevidéu". Preocupado com a questão da guarnição militar, ele nomeia o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca a juntar-se a guarda-costas em direção à região do Prata. Segundo Aires Saldanha para fortificação e povoamento de Montevidéu "se faz preciso nomear um cabo de toda a autoridade, inteligência e satisfação, e reconhecendo estas circunstâncias na pessoa do Senhor Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca".¹⁴

O mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca embarcava com cento e cinquenta soldados e demais oficiais, entre alguns deles: Pedro Gomes Chaves, Luiz Peixoto da Silva, D. Manuel Henrique de Noronha. As instruções passadas por Aires Saldanha ao mestre de campo eram:

a) logo que chegasse ao porto de Montevidéu faria o exame cuidadoso da região para verificar se ali se encontravam castelhanos;

b) o Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca mandaria um oficial, dos mais capazes, a terra com o pretexto de fazer um aviso à Nova Colônia; entretanto, o pretexto seria a averiguação da fortificação de Montevidéu, o número de pessoas e sítios para assim mapear táticas de ataque à região;

c) necessitando de ajuda informar ao governador da Nova Colônia para mandar reforços por terra ou por mar, caso não seja amigável a entrega de Montevidéu pelos castelhanos;

d) na hipótese de encontrar a região de Montevidéu vazia, desembarcará e logo tratará de fortificar a região e fazer aviso ao governador da Nova Colônia do Sacramento e ao governador do Rio de Janeiro para qualquer coisa que possam ajudar;

e) encontrando na região os castelhanos fortificados, e que seja impossível desalojá-los, usará da dissimulação, fazendo-se de amigo e depois retornará a embarcação para planejar o ataque efetivo;

f) o mestre de campo estava advertido que qualquer embarcação que fosse para conservar (contraguarda) do guarda-costas na Nova Colônia, este não deixaria sair do porto de Montevidéu. Em suma qualquer embarcação que fosse da Colônia passando por Montevidéu ficaria retida e só sairia pelo despacho do próprio mestre de campo;

g) por fim, tudo que insinuar ou faltar às ditas instruções ficaria sobre o "prudente arbitrio" do mestre de campo Manoel de Freitas para executá-lo, "como melhor lhe parecer, e conforme a importância deste negócio, pelo muito que eu [Aires Saldanha de Albuquerque] o fio de sua pessoa".¹⁵

A 7 de dezembro de 1723 Aires Saldanha redigia uma carta ao Rei Dom João V sobre a posse de Montevidéu, relatando que, segundo as notícias que tinha sobre a Colônia do Sacramento, a paz dos portugueses com os castelhanos era fato consumado. Tal armistício o fez supor "que o destacamento que foi desta praça [Rio de Janeiro] com a [fragata] Guarda-Costas estará já sem embarço algum de posse do sítio de Montevidéu, de que espero brevemente boas notícias".¹⁶

Entretanto, as notícias não seriam aquelas que o governador do Rio de Janeiro queria comunicar ao rei. Estando sob o comando do Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca, as tropas portuguesas foram derrotadas pelos castelhanos. O próprio Aires Saldanha que escrevera ao rei dando notícias de um possível sucesso da ocupação de Montevidéu escrevia, um ano mais tarde, do insucesso.

O governador informava que o destacamento militar chegara ao território em primeiro de novembro de 1723 e "princiariam a por em execução a ordem que levavam" [povoar Montevidéu]. Entretanto, "sabido pelo governador de Buenos Aires, Dom Bruno de Zabala, mandou logo um destacamento de cavalaria que embarçou o projeto de tal forma, que o mestre de campo [Manoel de Freitas da Fonseca] resolveu se retirar outra vez para o Rio de Janeiro, suposta a impossibilidade de continuar o desígnio com que foram [...]".¹⁷

Enquanto nas instruções de Aires Saldanha a Manoel de Freitas destacava-se que o mestre de campo tinha livre arbítrio para decidir, este optou pelo recuo das tropas. Quando a carta do governador do Rio de Janeiro partia nas frotas para o reino, informando as possíveis boas novas da ocupação, deveriam estar chegando aos arredores da cidade fluminense os cento e cinquenta homens e demais oficiais da jurisdição de Manoel de Freitas da Fonseca, derrotados pelos castelhanos em Montevidéu.

CONSEQUÊNCIAS DO INSUCESO PORTUGUÊS EM MONTEVIDÉU

Para melhor encaminhar essa questão sobre a ocupação efêmera de Montevidéu, é necessário demorar-se um pouco sobre as consequências desse insucesso português. E as correspondências não tardaram a chegar aos conselheiros ultramarinos em Lisboa. Antes da empreitada a Montevidéu, o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca solicitava ajuda de custo, como relatava a Fazenda Real:

"Diz o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca que como está nomeado por Sua Excelência [Aires Saldanha de Albuquerque, governador do Rio de Janeiro], para pagar a gente que vai desta Praça [Rio de Janeiro] para onde ordene Sua Majestade [Montevidéu], [...] necessita de uma ajuda de custo na forma que o dito Senhor, que Deus guarde, costuma mandar dar para semelhantes ocasiões, e como em três paga-

mentos sucessivos lhe tinham tirado a metade de seus soldos, que costuma vencer por não ter o seu Terço com o número de trezentos soldados que Sua Majestade manda [...] portanto pede a Sua Excelência [o governador] seja servido mandar lhe dar a mesma quantia que se lhe tem abatido do seu soldo nos ditos três pagamentos, por forma de ajuda de custo, pois assim espera da Real Grandeza de Sua Majestade movido da informação que Sua Excelência [o governador] lhe der neste particular o haja assim por bem e juntamente lhe mandar pagar o tempo que até o presente tiver vencido, no que, receberá mercê".¹⁸

Seguem a este requerimento os despachos tanto do provedor quanto do procurador da Fazenda Real em relação ao suplicante: Manoel de Freitas. Ambos posicionavam-se contrários a ajuda de custo, alegando que o mestre de campo não possuía o número de trezentos soldados em seu regimento e que não achavam ordem real alguma que mandasse praticar tal ajuda, ponderava José Leitão, escrivão da Fazenda Real.¹⁹ Contudo tais petições foram suprimidas por ordem do Governador Aires Saldanha. A Fazenda Real escrevia que:

"mandou o governador que sem embargo das dúvidas se cumprisse o seu despacho; e, com efeito, mandei [Bartolomeu de Siqueira Cordovil, provedor da Fazenda Real] entregar ao dito mestre de campo a dita quantia de duzentos e setenta e seis mil réis, debaixo de uma fiança que se obrigou a torná-la a entregar".²⁰

O almoxarife (tesoureiro) da Fazenda Real entregara o dito valor ao mestre de campo, por ordem do governador. Em outra situação, o provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro relatava outra ajuda de custo que o governador pedia para a ocupação de Montevidéu: gastos com as tropas e com a Fragata Guarda-Costas Nossa Senhora da Oliveira, cujo capitão de mar e guerra era Dom Manoel Henriques de Noronha. O

provedor da Fazenda Real escrevia que desconhecia em seus regimentos que o rei enviasse ajuda de custo aos governadores nas ocasiões de ocupações de territórios. Contudo, o provedor concedeu ajuda de custo ao governador que "dando fiança o dito Dom Manuel lhe dessem da Fazenda de Sua Majestade quatrocentos e oitenta mil réis". Interessante frisar que a provedoria da Fazenda Real só concedera tal auxílio, pois em outrora havia ajudado outro governador em caso semelhante.²¹ Com isso, temos tirados dos cofres da Fazenda Real os duzentos e setenta e seis mil réis, dados ao mestre de campo, e os quatrocentos e oitenta mil réis, dados ao capitão de mar e guerra.

O Governador Aires Saldanha, em outro momento, ordena a Provedoria da Fazenda Real que o dinheiro que houvesse mais por conta da Provedoria, "mandasse dar três mil cruzados para se pagar a Companhia de Dragões do Capitão José Rodrigues de Oliveira" que vinham das Minas Gerais para passar a Montevidéu.²² Do requerimento dos oficiais e soldados da primeira Companhia de Dragões constava os seguintes pontos, que queremos destacar:

"estes suplicantes [a primeira Companhia de Dragões] vieram das Minas a ordem de Sua Excelência [o governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha] para a segunda expedição a Montevidéu [a primeira era do Regimento de Manoel de Freitas da Fonseca] e como até o presente estiveram esperando resposta dos avisos que Sua Excelência [Aires Saldanha] e os suplicantes fizeram ao Excelentíssimo Senhor Dom Lourenço de Almeida [governador das Minas Gerais] se senão poder assistir a Companhia por esta provedoria [das Minas Gerais] por se achar exausta, e que daquele governo [do Rio de Janeiro] é que se lhe havia mandar assistir com o ouro que fosse preciso para se pagar a dita Companhia e fazer os mais gastos do caminho[...]"²³

O dinheiro seria, mais uma vez, retirado da Fazenda Real do Rio de Janeiro, pois a

Provedoria das Minas Gerais alegava não ter condições de financiar o trajeto dos soldados da Companhia de Dragões para o Rio de Janeiro, nem ajudar com os víveres necessários para a tropa. Mais uma vez, o Governador Aires Saldanha retirava dos cofres do Rio de Janeiro essa ajuda de custo.

Resumindo: tínhamos os duzentos e setenta e seis mil réis e quatrocentos e oitenta mil réis dados à primeira expedição a Montevidéu (ao Mestre de Campo Manoel de Freitas e o Capitão de Mar e Guerra Dom Manuel Henriques) incluindo os três mil cruzados a serem pagos à segunda expedição, pela Companhia de Dragões. Todos os pagamentos obtidos dos cofres da Fazenda Real do Rio de Janeiro, que com tantas retiradas fazia empréstimos a demais instituições locais, como a Casa da Moeda.

O provedor da Casa da Moeda, Francisco da Silva Teixeira anunciava a chegada de marcos de ouro na Casa da Moeda do Rio de Janeiro entre os anos de 1720 e 1724. Sendo que, nesse período, concedeu empréstimos à Fazenda Real e ao Governador Aires Saldanha para a "nova povoação de Montevidéu". Somava a esses empréstimos a quantia de quarenta mil cruzados pagos pelo Tesoureiro da Casa da Moeda, respectivamente, à Fazenda Real e ao Governador Aires Saldanha. O provedor da Casa da Moeda informava ao rei que não remeteu esta quantia ao reino, pois ainda não tinha recebido o dinheiro do empréstimo que concedera.²⁴

Convém deixar bem claro que toda a circulação de dinheiro e ouro foi autorizada pelo rei, com o propósito de ocupação e fortificação de Montevidéu, e, conseqüentemente, ter o domínio da região do Prata. Podemos ter por hipótese a ambição e a persistência de Aires Saldanha de Albuquerque no *Projeto Montevidéu*, como assim era tratado. Tais meios somavam-se a inúmeras ajudas de custo, apoio militar de outros regimentos do Estado Brasil, como a Companhia de Dragões, das Minas Gerais. Incluindo inúmeros empréstimos, contraídos à Fazenda Real e a Casa da Moeda. Pesquisando mais sobre este tema, encontramos um conflito entre o governador do Rio de Janeiro e o vice-rei do Estado do Brasil, Vasco Fernandes César

de Menezes, no que tange a retirada, por Aires Saldanha, do dinheiro do imposto para a feitoria de Ajudá, na costa de Benim na África. Nesse momento, o vice-rei do Estado do Brasil interviu e proibiu essa ajuda. O conselheiro ultramarino Antônio Rodrigues da Costa corroborava a decisão do vice-rei e proibia a retirada do dinheiro, redigindo o seguinte parecer:

"Faço saber a vós Bartolomeu de Siqueira Cordovil, provedor da Fazenda da capitania do Rio de Janeiro, que o Vice-Rei e Capitão General de mar e terra do Estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes, me fez presente em carta de dezesseis de maio do presente ano [1725] em como vós lhes haveis dado conta, em que com a ocasião de ajudar o governador Aires de Saldanha em continuar o projeto de Montevideú [...] se aproveitara de três contos trezentos e noventa e um mil réis que pertencia ao novo imposto para a feitoria de Ajudá. Sou servido ordenar vos restituais logo este dinheiro a Provedoria-mor da Fazenda da Bahia, e que por nenhum acontecimento se divirta [se desvie] o tal rendimento, por que senão siga o dano e prejuízo de se arriscar a conservação daquela fortaleza [de Ajudá] [e] lhe faltarem os rendimentos destinados a seu sustento".²⁵

Neste emaranhado de acontecimentos, conflitos, empréstimos, petições e pareceres seria melhor para o Governador Aires Saldanha comunicar ao rei boas notícias do projeto de Montevideú, do que relatar o fracasso de tal empreitada. Insucesso que deixou inúmeras consequências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as consequências da ocupação efêmera de Montevideú estava a prisão de todos os capitães e oficiais que participaram do "*Projeto Montevideú*", desde o sargento-mor ao mestre de campo. A prisão fora efetuada pelo Governador Aires Saldanha de Albuquerque que não tinha ordenado o

recuo e a fuga das tropas depois de enfrentarem o destacamento militar e os índios, ambos sob controle do governador de Buenos Aires, Dom Bruno de Zabala. Aires Saldanha também criticava o recuo das tropas pelo artifício do governador de Buenos Aires que alegara que as terras de Montevideú pertenciam ao Rei Católico de Castela. Com isso, foram presos numa fortaleza no Rio de Janeiro: Luiz Peixoto da Silva, Dom Manuel Henriques de Noronha, José Rodrigues de Oliveira e Manoel de Freitas da Fonseca.

Depois deste acontecimento e o insucesso da conquista de Montevideú, o Rei Dom João V ordena o regresso de Aires Saldanha ao reino, o substituindo por Luís Vahia Monteiro, em 1725. Por carta do secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, e por decisão régia os presos (o mestre de campo e demais oficiais) foram absolvidos e soltos, com a seguinte ordem: "Continuem no exercício de seus postos, sem que lhe formasse culpa do abandono".²⁶

Por fim, queríamos salientar, com base em ampla pesquisa sobre Manoel de Freitas Fonseca, que após o insucesso da campanha militar em Montevideú, de prisão e perdão régio, ele ampliou seu regimento, o Terço Novo, de 150 homens para 410, recebendo por isso o soldo integral de mestre de campo. Sob seu comando tinha membros e filhos das primeiras famílias ou as mais importantes da capitania do Rio de Janeiro: capitães entre os Sá; sargentos entre os Telles de Menezes, etc. Com forte apoio dessa elite colonial, principalmente dos vereadores da Câmara do Rio de Janeiro, este ocupa o governo interino, em 1732, por ocasião da doença do Reinol Luís Vahia Monteiro.

Entretanto, a maior reivindicação do mestre de campo e demais oficiais encarcerados por Aires Saldanha de Albuquerque era a restituição do pagamento do soldo atrasado no tempo em que estiveram presos. O mestre de campo, que comandou a expedição a Montevideú, Manoel de Freitas da Fonseca, morreu em 1738, sem receber a restituição dos soldos no tempo que estivera confinado na fortaleza.

Questionado pelo Rei Dom João V, Aires Saldanha, a esta época residindo em Lisboa, redigia um atestado no ano de 1755, reco-

nhecendo os valores dos soldados que aprisionara e suas aptidões, dizendo que:

“o Capitão Luiz Peixoto da Silva é um dos Capitães que foram à dita expedição [de Montevidéu] e eu [Aires Saldanha] o reconhecer sempre por um soldado de muita honra e bom procedimento, com aptidão, prontidão e zelo do Real Serviço e sei que dos oficiais que foram à dita expedição [de Montevidéu] é o que existe vivo, e como não se lhe formou culpa, parece que justamente requer o pagamento atrasado do tempo que esteve preso”.²⁷

Através desse caminho, não fora nossa intenção ressuscitar instituições ou enaltecer heróis, e, sim, montar o cotidiano administrativo e bélico que envolvia governador e subordinados. Visto o dia a dia da adminis-

tração portuguesa, fomos tecendo o fio de nosso relato, através dos rastros da guerra entre portugueses e castelhanos, do “projeto Montevidéu”, etc. Personagens que nos chamaram a atenção para identificar que o homem por si só é um ser imprevisível, e o esquadrihar da documentação foi-nos descontinando esses problemas.

Temos consciência das lacunas, e em nenhum momento traçamos uma história definitiva do governo do Rio de Janeiro ou da ocupação e povoamento de Montevidéu. Segundo Fernando Novais, em “História, não pode haver nunca a obra definitiva; tudo que podemos aspirar são aproximações”. Em suma, a história não se faz com certezas e afirmações categóricas. Para Novais, “os juizes da História são sempre os leitores”, cabendo a eles “verificar qual a melhor solução, qual a que mais satisfaz seus critérios de verdade e de compreensão”.²⁸

¹ POSSAMAI, Paulo. *O cotidiano da guerra: a vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)*. São Paulo: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2001, p. 10.

² MOUTOUKIAS, Zacarias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII. Buenos Aires, el Atlantico e el espacio peruano*. Buenos Aires: Bibliotecas Universitárias, 1988, p. 155.

³ Idem, p. 155-6.

⁴ Ibidem, p. 157.

⁵ ALMEIDA, Luís Ferrand de. *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990, p. 07.

⁶ MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 59-83.

⁷ MAURO, Frédéric. “Portugal e o Brasil: a estrutura política e econômica do império, 1580-1750”. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: América Latina Colonial, volume 01*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 473.

⁸ ALMEIDA, Luís Ferrand de. Op. cit., p. 10.

⁹ Carta dos oficiais da Câmara da Cidade do Rio de Janeiro ao Príncipe Regente D. Pedro sobre o procedimento do tenente e mestre de campo general, João Tavares Roldão, que está governando a capitania na ausência do Governador D. Manuel Lobo, que se encontra em Montevidéu estabelecendo a nova povoação. (Rio de Janeiro, 19/06/1680). AHU – Projeto Resgate – Documentos Manuscritos Avulsos Referentes à Capitania do Rio de Janeiro (1614-1830), cx 05, doc. 445.

¹⁰ Carta do Rei D. João V para o governador da Praça de Santos, Manoel Gomes Barbosa, sobre tomar posse da Nova Colônia do Sacramento. (Lisboa, 20/09/1715). In: Documentos Relativos a Colônia do Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moedas falsas, etc. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, imprensa nacional, tomo XXXII, 1869, p. 05-6.

¹¹ Carta do rei D. João V para o governador da Praça de Santos, Manoel Gomes Barbosa, sobre tomar posse da Nova Colônia do Sacramento. (Lisboa, 20/09/1715). In: Documentos Relativos a Colônia do Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moedas falsas, etc. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, imprensa nacional, tomo XXXII, 1869, p. 07.

¹² Carta do governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha de Albuquerque, ao Rei Dom João V sobre tomar posse e fortificar Montevidéu. (Rio de Janeiro, 30/09/1723). In: Documentos Relativos a Colônia do Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moedas falsas, etc. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, imprensa nacional, tomo XXXII, 1869, pp. 20-22.

¹³ Carta de Sua Majestade vindo pelo navio de licença, que chegou a este porto em princípio de setembro de 1723. (Lisboa, 09/06/1723). Documentos Relativos a Colônia do Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moedas falsas, etc. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, imprensa nacional, tomo XXXII, 1869, pp. 23-25.

- ¹⁴ Ordem que há de observar o Senhor Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca na expedição a que vai da fortificação de Montevidéu. (Rio de Janeiro, 01/11/1723). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, imprensa nacional, tomo XXXII, 1869, pp. 25-28. (grifos meus)
- ¹⁵ Ordem que há de observar o senhor Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca na expedição a que vai da fortificação de Montevidéu. (Rio de Janeiro, 01/11/1723). In: Documentos Relativos a Colônia do Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, e prisão de fabricantes de moedas falsas, etc. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, imprensa nacional, tomo XXXII, 1869, pp.25-28.
- ¹⁶ Carta do governador do Rio de Janeiro, Aires de Saldanha de Albuquerque, ao Rei Dom João V, sobre a posse de Montevidéu e as notícias de paz estabelecida com os castelhanos na Nova Colônia do Sacramento. (Rio de Janeiro, 07/12/1723). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa 13, doc.: 1505.
- ¹⁷ Consulta do Conselho Ultramarino favorável ao pagamento dos soldos do capitão de infantaria do Rio de Janeiro, Luiz Peixoto da Silva, do tempo em que estivera injustamente preso, depois da retirada de Montevidéu. (Rio de Janeiro, 31/05/1755). AHU – Projeto Resgate – Coleção Castro e Almeida, rolo 074, cx. 078, doc. 18083.
- ¹⁸ Requerimento do Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca. In: Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao Rei Dom João V sobre a ajuda de custo dada pelo governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque, ao mestre de campo, Manoel de Freitas da Fonseca, que foi a Montevidéu, e o desconto feito no soldo em função do número de efetivos do seu Regimento. (Rio de Janeiro, 24/08/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 14, doc.: 1532.
- ¹⁹ Requerimento do Mestre de Campo Manoel de Freitas da Fonseca. In: Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao Rei Dom João V sobre a ajuda de custo dada pelo governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque, ao mestre de campo, Manoel de Freitas da Fonseca, que foi a Montevidéu, e o desconto feito no soldo em função do número de efetivos do seu Regimento. (Rio de Janeiro, 24/08/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 14, doc.: 1532.
- ²⁰ Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao Rei Dom João V sobre a ajuda de custo dada pelo governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque, ao mestre de campo, Manoel de Freitas da Fonseca, que foi a Montevidéu, e o desconto feito no soldo em função do número de efetivos do seu Regimento. (Rio de Janeiro, 24/08/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 14, doc.: 1532.
- ²¹ Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao Rei Dom João V sobre a partida da fragata guarda-costas, Nossa Senhora da Oliveira, de que é capitão de mar e guerra, D. Manoel Henriques, com destino a Montevidéu; e o pedido de ajuda de custo feito pelo mesmo capitão ao governador, Aires Saldanha de Albuquerque. (Rio de Janeiro, 20/08/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 14, doc.: 1527.
- ²² Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao Rei Dom João V, sobre a ordem do governador da capitania, Aires Saldanha de Albuquerque, para que se pague a Companhia de Dragões do capitão José Rodrigues de Oliveira, que havia sido mandada vir das Minas para socorrer Montevidéu. (Rio de Janeiro, 12/10/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 14, doc.: 1585.
- ²³ Requerimento dos oficiais e soldados da Companhia de Dragões das Minas Gerais. In: Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao Rei Dom João V, sobre a ordem do governador da capitania, Aires Saldanha de Albuquerque, para que se pague a Companhia de Dragões do Capitão José Rodrigues de Oliveira, que havia sido mandada vir das Minas para socorrer Montevidéu. (Rio de Janeiro, 12/10/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 14, doc.: 1585.
- ²⁴ Carta do provedor da Casa da Moeda, Francisco da Silva Teixeira, ao Rei Dom João V, sobre os empréstimos concedidos pela referida Casa à Fazenda Real, para suprir as despesas com o socorro a Montevidéu, informando que na presente frota não envia ao Reino o dinheiro da dita casa, porque ainda não recebeu o pagamento do empréstimo. (Rio de Janeiro, 17/10/1724). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 14, doc.: 1597.
- ²⁵ Carta do provedor da Fazenda Real, Bartolomeu de Siqueira Cordovil, ao Rei Dom João V, em resposta à provisão régia de 09 de novembro de 1725, sobre a carta do vice-rei do Estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes, denunciando as intenções do governador do Rio de Janeiro, Aires Saldanha de Albuquerque, em utilizar os rendimentos do novo imposto da feitoria de Ajudá no projeto de Montevidéu, em vez de ser entregue à provedoria da Fazenda Real da Bahia; informando que restituirá o dinheiro que pertence à Provedoria da Bahia, conforme a ordem régia. (Rio de Janeiro, 20/05/1726). AHU – Projeto Resgate – Documentos Avulsos Manuscritos referentes à capitania do Rio de Janeiro, caixa: 16, doc.: 1764.
- ²⁶ Consulta do Conselho Ultramarino favorável ao pagamento dos soldos do capitão de infantaria do Rio de Janeiro, Luiz Peixoto da Silva, do tempo em que estivera injustamente preso, depois da retirada de Montevidéu. (Rio de Janeiro, 31/05/1755). AHU – Projeto Resgate – Coleção Castro e Almeida, rolo 074, cx. 078, doc. 18083.
- ²⁷ Consulta do Conselho Ultramarino favorável ao pagamento dos soldos do capitão de infantaria do Rio de Janeiro, Luiz Peixoto da Silva, do tempo em que estivera injustamente preso, depois da retirada de Montevidéu. (Rio de Janeiro, 31/05/1755). AHU – Projeto Resgate – Coleção Castro e Almeida, rolo 074, cx. 078, doc. 18083.
- ²⁸ NOVAIS, Fernando. *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 13.